



Entre o uso exemplar e o literal: representações do passado no Jornal do Brasil, ontem e hoje¹

MELO, Alice (mestranda em Comunicação e Cultura)²
Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar formas de representação do passado nas notícias de diferentes períodos do Jornal do Brasil e perceber a maneira como estas representações atuam na construção de identidades. Os usos da memória nos anos 1970 se diferem dos usos feitos hoje. O estudo de representações do passado pode levar à compreensão sobre o processo por meio do qual a mídia tenta se fixar como porta-voz da verdade numa sociedade líquida. Ao pensar sobre isso é necessário fazer, nos limites desta análise pontual, uma reflexão sobre sociedade, cultura, construção de identidade e representação do real.

Palavras-chave: mídia, memória, cultura, representações sociais.

-
- 1 Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.
 - 2 Jornalista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da mesma universidade. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Editora do site da Revista de História da Biblioteca Nacional. Email: meloalice1@gmail.com.

Introdução

Espaço privilegiado para se entender cultura e sociedade – atuais e passadas –, os meios de comunicação de massa só se tornaram objeto de estudo das Ciências Humanas há pouco tempo. Foi na década de 1920 que a mídia passou a ser pensada como campo legítimo de pesquisa – inicialmente objeto de estudo da sociologia e, décadas depois, fonte da história e mesmo da antropologia. O desenvolvimento das grandes cidades e a necessidade de transmissão de informação e, posteriormente, representação de um modo de ser social, por meio da mídia de massa, gerou novos espelhos opacos de reflexo do real.

Nesse quadro, parece interessante analisar algumas formas utilizadas pelos meios de comunicação de massa na construção diária de representações da realidade, com especial interesse na maneira com que a mídia impressa, especificamente o Jornal do Brasil, resgata o passado durante a elaboração de uma teia de credibilidade em torno de si, na busca pela legitimação social. Os usos da memória nos anos 1960, quando o jornal estava em sua época dourada, se diferem, como veremos, dos usos feitos hoje, num contexto de crise e falência. O estudo da representação do passado nas notícias deste veículo pode levar à compreensão sobre o processo por meio do qual a mídia tenta se fixar como porta-voz da verdade numa sociedade líquida (BAUMAN, 1998). Antes, no entanto, de pensar sobre isso, é necessário fazer, nos limites desta análise pontual, uma reflexão sobre sociedade, cultura, identidade e representação do real.

Pós-modernidade, fragmentação e cultura

O avanço da modernidade no contexto de aceleração do tempo levou o mundo Ocidental à crise das identidades, conforme apontou Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2011). O indivíduo passa a ter o direito de se encaixar em múltiplos lugares nas mais diversas hierarquias de poder que constituem a sociedade: a percepção acelerada do tempo diluiu valores e saberes. No campo da produção científica, um abalo às rígidas estruturas de construção do conhecimento impulsionou a circulação de conceitos e a possibilidade de lançar os mais variados olhares sobre um mesmo objeto de pesquisa; além da relativização acerca das figuras de autoridade. Sem a rigidez do método racionalista instituído no século XVIII, é um leve deslocamento do olhar que dita as afinidades teóricas do campo sobre o qual o pesquisador se move, o filtro interpretativo com o qual lança luz sobre seu objeto.

O movimento de relativização da autoridade científica foi percebido por Clifford

Geertz (1989), em seus estudos sobre a interpretação das culturas. O autor norte-americano contestou as correntes antropológicas anteriores que traçavam esquemas inconscientes do ser que agiam sobre seu comportamento em sociedade, baseados no pensamento Iluminista da unidade humana. E concluiu, como mesmo indica Roque Laraia (2006), que a cultura é calcada em sistemas simbólicos e estudá-la seria, portanto, estudar códigos partilhados por seus membros. A análise sobre a cultura é fruto da interpretação do antropólogo, varia conforme o ponto de vista do pesquisador, ao contrário do pensamento moderno racional, rigidamente estruturado, que atribuía lugares fixos às identidades. Os ares da pós-modernidade diluíram as estruturas sociais e agiram sobre as mentalidades.

Portanto, a cultura e o pensamento sobre as estruturas que a compõem são construídos de acordo com as influências subjetivas e, paradoxalmente, culturais sobre o indivíduo que a analisa. Num tempo de incerteza social, como frequentemente aponta o sociólogo polonês Zygmunt Bauman durante a reflexão sobre a sociedade que o rodeia, as identidades culturais são fluidas e móveis. Frequentemente, na dança frenética dos atores no palco do tempo, determinados sujeitos ocupam lugares distintos na hierarquia social constituída de múltiplas disputas de poder.

Neste contexto, cada vez mais a mídia (em sua pluralidade de agentes) se impõe como um lugar de construção do real, de representações de identidades, valores e práticas culturais. Alfredo Vizeu Pereira Jr. destaca que o jornalismo tem papel privilegiado neste processo, sendo “a grande praça pública do país”, um lugar de debates que oferece o presente social. Sem ela, este presente ficaria “pobre e reduzido à família, aos vizinhos, ao trabalho, ao entorno” (2004, p.2).

A antropóloga norte-americana Debra Spitulnik (1993), em *Antropology and Mass Media*, ao discutir as formas de se fazer uma antropologia da comunicação, reforça que os meios de comunicação têm papel fundamental para a transmissão, representação e consolidação de valores – e, portanto, são espaços privilegiados de reprodução cultural. Para ela, jornais, revistas, rádio, televisão e cinema se colocam como porta-vozes da verdade e são reconhecidos socialmente como tais. Estudá-los seria uma forma de compreender as pessoas em seu tempo e perceber a dinâmica em que se constroem as teias de significado³ da cultura contemporânea.

³ Referência ao conceito de Clifford Geertz. Para o antropólogo, a cultura seria constituída de teias de significados tecidas pelo homem. Caberia ao antropólogo, dentro desta perspectiva, entendê-la e decifrá-la numa descrição densa (1989).

No entanto, há de se ter cuidado com a análise do real quando os meios são os interlocutores de massa e seus produtos. François Laplantine (2001) afirma que as representações da realidade articulam individual e social em três diferentes campos de investigação: o conhecimento, o valor, a ação. O pensador francês sintetiza que:

[Representação] é o encontro de uma experiência individual e de modelos sociais num modo de apreensão particular do real; o da imagem-crença, que, contrariamente ao conceito e à teoria que é sua racionalização secundária, sempre tem uma tonalidade afetiva e uma carga irracional. Trata-se de um saber que os indivíduos de uma dada sociedade ou de um grupo social elaboram acerca de um segmento de sua existência. É uma interpretação que se organiza em relação estreita com o social e que se torna, para aqueles que a ela aderem, a própria realidade. (LAPLANTINE, 2001. p.242)

Ou seja, as representações são apreensões da realidade de determinado grupo ou sociedade por um indivíduo e sua subsequente reprodução. Essa apreensão, ao mesmo tempo em que tenta congelar a imagem do acontecido no ato da comunicação, é uma interpretação de um fato ocorrido. E como qualquer interpretação, é um ponto de vista recheado da subjetividade de quem a realiza: uma imagem possível da realidade que já passou.

Isso ocorre diariamente na dinâmica de construção da notícia na mídia de massa. O jornalista enquanto testemunha ocular do acontecimento narra o fato por meio da linguagem e imprime no ato da elocução sua impressão daquilo que ocorreu, tornando-se fonte de pesquisa para as gerações futuras. É seu ponto de vista (e mais o das fontes ouvidas), ainda que seu discurso esteja imbuído de uma carga de pretensa imparcialidade, cujo objetivo final é ‘a verdade’. Por mais completa que seja a narrativa, jamais será o fato em si: é apenas uma representação dele.

Ana Lúcia Enne (2004), ao estudar as representações sobre a Baixada Fluminense em alguns periódicos cariocas, reforça que o jornal é fonte de conhecimento, um veículo através do qual se lança um olhar sobre o outro; sendo conveniente e até indispensável entendê-lo na busca por uma compreensão da realidade social de um tempo. O importante para o antropólogo – ou pesquisador de qualquer outro campo do conhecimento - que se debruça sobre este material é ver o que foi representado e a maneira como foi representado, além do que foi esquecido e deixado de lado. Neste sentido, entendendo a tensão constante entre lembrança e esquecimento, percebe-se com

facilidade que a mídia – e neste caso, principalmente a imprensa - é local fundamental para a construção de memórias coletivas.

Quem inaugura o pensamento sobre memória coletiva é Maurice Halbwachs (2012). Em sua obra, o sociólogo francês argumenta que não existe memória puramente individual. Mesmo a mais pessoal das lembranças, de acordo com esta teoria elaborada na primeira metade do século XX, tem uma ancoragem em seu contexto social, por meio do qual o indivíduo consegue criar correntes de pensamento que o conduzem ao acontecimento passado, ou ao que registrou dele. Para tanto, o pensador de influência dukheiniana ilustra que quanto mais o indivíduo se distancia de um espaço social e de um grupo, mais está sujeito a esquecer referências cotidianas.

O jornal, além de fonte de acontecimentos passados, é protagonista no processo social da lembrança do grupo ou do indivíduo. Ao trazer à tona o passado ancorado em necessidades do presente para embasar a notícia – frequentemente utilizando mecanismos para reforçar a ideia do “nós estivemos lá” – o meio de comunicação ativa correntes de pensamento que podem levar o grupo social a lembrar. Ainda que as pessoas não tenham testemunhado o acontecimento, podem recordar de narrativas de outrem sobre ele.

O passado teria se tornado um bem: acessado por muitos, mas dominado por poucos. É interessante notar que, ao contrário das sociedades orais, a civilização Ocidental contemporânea, ao desenvolver mecanismos para registrar a passagem do tempo – como a fotografia, a imprensa e sobretudo a internet – exterioriza ao sujeito a função de lembrar. Neste tempo da cultura da memória (SARLO, 2007), determinadas instituições assumiriam papel de agentes de temporalidade e ativarim o trânsito entre passado, presente e futuro. Como vimos, uma crise de identidades pode ter motivado uma briga pela fixação nestes papéis de agentes da memória. Chamados por Pierre Nora de *lugares de memória* (1989), ainda que o termo tenha sido criado por ele para definir instituições de concentração e agenciamento do passado em outro contexto temporal e social.

Reinterpretando o conceito do pensador francês, museus, bibliotecas, os meios de comunicação - e mais recentemente o Google – se tornariam exemplos destes acervos ativos da memória social, cada vez mais historicizada, racionalizada. “Se habitássemos a nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história” (NORA, 1993. p.8).

O passado se torna, portanto, um valor e, inclusive, arma política quando utilizada por meios baseados em um pretensão discurso de verdade e objetividade, fundamental no processo de construção de identidades, conforme observa Ana Lúcia Enne:

Memória é uma dimensão fundamental na constituição das identidades e que envolve práticas narrativas e gerenciamento do real através das práticas discursivas. A mídia é, por definição, lugar central desse processo. A objetividade, conjugada aos ideais da imparcialidade e da neutralidade valorativa, passou a ser exigência para a prática de um jornalismo “verdadeiro” e profissional. A própria concepção de fato e notícia são vitais nesse sentido. O fato seria o que empiricamente e não valorativamente seria apreendido da realidade. O jornalismo, sem dúvida, passou a ser encarado como uma apropriação exata do real, exatamente por seu compromisso com a verdade. (ENNE, Ana Lucia, 2004, pp. 111-112).

Quem detém o conhecimento sobre o passado nesta nova sociedade é capaz de ocupar lugar privilegiado na organização das hierarquias de poder sobre as quais atuam vozes de verdade. E, neste sentido, também tem lugar de destaque dentro de uma estrutura de reprodução de padrões culturais, o que pode implicar no reforço de uma formação sociocultural e, inclusive, na sua superação, levando-se em consideração que a cultura não é homeostática.

O historiador norte-americano David Lowenthal (1998) oferece um interessante olhar que pode embasar esta discussão. O autor define o passado como um país estrangeiro, e, nesta condição, só poderia ser alcançado por meio de viagens que se iniciam no presente. Vestígios e lembranças indicam o caminho, mas, por se tratarem de pistas, nunca se pode saber se sua referência é ou não verdadeira. Os vestígios são sempre produtos de ações presentes sobre o passado, que perduram no tempo e indicam caminhos futuros. São representações, ou seja, construções da realidade realizadas por meio da memória, num processo permeado por subjetividades dos diversos atores que fazem o movimento, em direção ao acontecimento que já não existe mais.

Lowenthal afirma ainda que lembrar o passado é fundamental para o nosso sentido de identidade, porque saber o que fomos confirma o que somos. E também indica a mídia como fundamental neste processo:

“Foi assim que aconteceu” anunciam os documentários/filmes de ficção em vez de ‘aconteceu algo semelhante a isso’; o tom de certeza absoluta, envolta em anonimato autorizado, empresta a essas sagas caráter de verdade revelada. (LOWENTHAL, 1998.p.136)

Como indica Laplantine (2001), o indivíduo que congela imagens de seu presente e se encontra envolvido no processo de construção do real, não sabe que o que faz é uma representação da realidade e não ela por si só. O jornal moderno, ao se assumir enquanto porta-voz da verdade, tenta construir seu discurso de forma mais fiel possível ao ocorrido e cabe ao antropólogo ou ao historiador da cultura - que farão o movimento de regressão no tempo a partir dos vestígios impressos, visuais ou auditivos produzidos pela mídia de outrora - descortinar estas redes de interpretação e fazer sua leitura sobre a sociedade em análise. Afinal, a cultura só existe no momento em que ocorre a leitura de seus códigos por parte do pesquisador.

Dessa forma, é importante perceber que a dinâmica de construção da notícia não é apenas marcada pelo presente social, conforme aponta Pereira Júnior (2004). Ela sofre profundas e constantes influências do passado e também do futuro que está por vir. Novamente resgatando o pensamento de David Lowenthal, percebe-se que:

O conhecimento do passado parece inversamente proporcional ao que é conhecido in Toto. Nas sociedades de tradição oral as narrativas históricas são parcas e, às vezes, guardadas em segredo, muito embora a maior parte do conhecimento do passado seja compartilhada. Nas sociedades letradas, os textos históricos impressos estão largamente disseminados, mas a maior parte do conhecimento do passado está fragmentada em segmentos de acesso exclusivo a pequenos grupos de especialistas, e o passado consensualmente compartilhado está restrito à mídia que o veicula superficialmente. (LOWENTHAL, 1998. p.148)

A representação do passado na notícia

Entendendo o passado como um valor, capaz de conferir a seu agente de memória lugar de referência na sociedade líquida moderna, não é estranho que, no momento em que o Jornal do Brasil se consolidava como um dos maiores periódicos do país, nos anos 1960, fosse sistematizado o uso da história em suas páginas. Conforme apontamos na pesquisa *Recortes do passado* (MELO, 2011), a criação do Departamento de Pesquisa e Documentação, em 1964, pelo então editor-chefe do JB, Alberto Dines, selou a série de reformas iniciadas na imprensa carioca nas décadas anteriores e consolidou um novo modelo de jornalismo que, vigora, em certa medida, até hoje.

É importante ressaltar que o passado sempre foi utilizado pelo jornalismo. Antes mesmo das reformas pelas quais o texto passou aqui no Brasil, com a adoção do modelo de pirâmide invertida norte-americano, passado e presente se confundiam numa

narrativa com características literárias. A novidade que nasceu no JB dos anos 1960 e que, depois, se expandiu⁴ para outras empresas jornalísticas do país, foi justamente a sistematização e organização deste uso, por meio de um departamento que concentrava o trabalho.

Pelo que a pesquisa⁵ desenvolvida por nós no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro vem mostrando é que o DPD JB, além de ter sido um repositório de documentos e edições passadas do jornal, se estruturou como uma editoria de produção de conteúdo histórico não apenas para sustentar as notícias do dia, ou dar profundidade a elas; mas também para elaborar materiais pretensamente independentes de interpretação do passado de acordo com motivações do presente. E, como consequência, contribuiu para firmar o JB no topo de uma hierarquia de credibilidade reconhecida socialmente – neste caso, o reconhecimento seria demonstrado pelo crescimento das ofertas de anúncios e também da tiragem do periódico no período⁶.

Sem generalizações ou qualquer tentativa de reducionismo da riqueza e pluralidade do trabalho desenvolvido pelos funcionários do DPD durante os anos em que permaneceu funcionando como editoria de produção de notícia (1964-1974), analisaremos aqui dois casos em que podemos fazer uma comparação sobre a representação de eventos passados no jornal. Uma se refere a um momento áureo do JB e, outra, a um período em que ele estava em decadência. Em ambos os casos o assunto parece ser o mesmo: a morte do presidente chileno Salvador Allende, após um golpe de Estado que colocou no poder o General Augusto Pinochet. Mas as abordagens e as representações imbuídas nestes usos do passado são completamente diferentes.

No primeiro caso, utilizaremos dois produtos preparados pela redação para saírem no dia seguinte à morte do líder chileno: a edição do jornal diário de 12 de setembro de 1973, considerada histórica pelos agentes da memória do jornalismo, cuja capa figura em almanaques, depoimentos e é frequentemente recapitulada em tópicos sobre discussão da cobertura da imprensa durante a ditadura militar. E também o caderno especial *Tudo sobre a queda de Allende*, uma produção de 64 páginas do Departamento

⁴ Informações contidas em: MARRA, Beluco. *Cadernos de Jornalismo*, 1967. Número 7. p.9.

⁵ *Passado presente: a relação entre mídia e memória no Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil (1962-1974)*.

⁶ Informações também disponíveis em: MELO, Alice Carvalho. *Recortes do passado: uma reconstrução da história do Departamento de Pesquisa do JB (1964-1973)*. Rio de Janeiro, 2011. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

de Pesquisa, que foi vendida separadamente e esgotou ao cabo de um dia nas bancas.

No segundo caso, veremos como as edições de 1973, juntamente ao tema relacionado à História da América Latina, foram retrabalhados numa temporalidade e contexto social, político e econômico distinto: teremos sob análise a coluna Hoje na História, do Jornal do Brasil, publicada em 11 de setembro de 2010⁷.

“Aprofundar o registro dos acontecimentos”. Esse era o objetivo da publicação *Tudo Sobre*, um produto do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil que não passou da edição de número 1, rodada em setembro de 1973. Para estrear o que tinha a intenção de ser uma série periódica independente, decidiu-se noticiar em profundidade *Tudo Sobre a queda de Allende*, o presidente chileno morto no dia 11 daquele ano.

De acordo com a jornalista Rosa Maria Nava (1996), foram distribuídos 70.000 unidades do caderno nas bancas de jornal por todo o país, na manhã de 15 de setembro – embora a edição seja encontrada, hoje, no arquivo do jornal, como publicação do dia 12 e uma publicação interna do JB à época (Jornal do JB) informe que a tiragem do caderno tenha sido de 20 mil exemplares⁸. Ao cabo de poucas horas, os exemplares vendidos a C\$3 (aproximadamente R\$11) estavam esgotados. No interior do material, a equipe do DPD explicava, de maneira didática, em cinco capítulos, o passo a passo do governo de Salvador Allende: do momento em que foi eleito à deposição.

Aspectos econômicos, políticos e sociais de seu governo foram trazidos à tona com base no que o acervo tinha arquivado sobre a situação: a fonte eram recortes de edições passadas do próprio jornal e também a memória dos jornalistas que trabalhavam tanto na redação quanto na pesquisa. Não é à toa que, na contracapa da publicação, Alberto Dines, editor-chefe na época, tenha escrito:

Podemos dizer que este caderno vem sendo preparado há três anos. A vasta e substancial matéria de que o Jornal do Brasil dispõe, impressa em suas páginas, permite nos trazer a público, em tempo recorde, um documentário como este que aqui se oferece ao leitor: Tudo sobre o Chile. Testemunha ocular da História, o repórter opera sempre num campo minado pelas paixões e emoções, a começar pelas próprias (...). Sua visão não é, nem pode ser a do historiador. Seu trabalho transcende, porém o dia-a-dia, porque o interliga. (Tudo sobre a queda

⁷ <http://jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=23547>

⁸ “Edições JB dá complemento à informação de todos os dias”. In: Jornal do JB. Rio de Janeiro: n. 96, edição de novembro de 1973. p.3.

de Allende, Jornal do Brasil, 1973, p.2)

No caderno percebe-se explícita e implicitamente a consciência daquele produto como um veículo que trabalhava o passado, ancorado no presente, preparando material para ser fonte de história no futuro. O jornalismo naquele período e dentro daquela redação parecia ser consciente das forças que atuavam sobre a construção da notícia. E queria levar aos leitores um conteúdo em profundidade, que explicasse a origem do problema que o país sul-americano vivia, num contexto interno de ditadura militar e censura aos meios de comunicação - no que se refere ao Brasil.

Falar sobre política e golpe militar durante um período de governo autoritário era uma postura delicada. Tanto é que a censura prévia havia comunicado à redação do JB por meio de um bilhete da proibição de se anunciar a morte do ex-presidente no dia seguinte, em manchete, com foto na capa. Decisão que foi criativamente contornada pela equipe: publicou-se o relato completo sobre o ocorrido em corpo tamanho vinte e quatro (o maior possível para as máquinas da época⁹), itálico, acompanhado do L dos classificados, sob a logomarca. O impacto da publicação foi tamanho que, meses depois, contribuiu para a demissão de Dines da empresa.

Não cabe a este trabalho aprofundar a análise sobre as interferências políticas sobre a feitura daquela edição do jornal, exaustivamente tratado pela historiografia da imprensa. O que é interessante neste momento é observar a maneira como o passado foi trabalhado em ambos os produtos, contribuindo para a construção de uma identidade de verdade e poder da empresa na sociedade da época.

O jornal do dia 12 trouxe, junto à cobertura dos fatos que envolveram a morte de Allende (ao todo, foram utilizadas 5 páginas para tratar do ocorrido), dois quadros explicativos com dados de arquivo, sob o selo “Pesquisa JB”. Um falava sobre o “desastre econômico” que teria motivado a insatisfação popular para com a junta socialista no governo e dado razões para a ação militar que agiu em favor da deposição. O outro, na página seguinte, sob uma fotografia do governante acenando com um lenço, a situação política tensa que durou três anos.

É a naturalização do convívio entre distintas temporalidades nas páginas do jornal. É a tentativa explícita de criar uma teia de segurança às notícias alarmantes que estavam sendo passadas ao leitor – considerando o passado aqui, como algo fixo num tempo que já foi, diante da incerteza da contemporaneidade.

⁹ Alberto Dines em entrevista à autora deste artigo, em abril de 2011.

A explicação do contexto histórico na notícia diária já era comum no JB desde 1964, quando o primeiro *box* foi assinado pela Pesquisa. Em entrevista à autora deste trabalho, em abril de 2011, Alberto Dines chegou a falar sobre o “selo JB de qualidade”, o que pode indicar o poder do uso do passado na afirmação do jornal enquanto portavoza de verdade. Segundo ele, “quando o leitor via lá ‘Pesquisa JB’ entre os fios, já sabia que era coisa boa que ele estava lendo, sabia que era coisa de qualidade, um aprofundamento do que estava acontecendo”.

No que se refere ao encarte *Tudo Sobre*, é um passo que se dá adiante na organização de jornalistas produzindo história. E produzindo história com um selo que anunciava à sociedade a ‘seriedade’ do conteúdo produzido.

Refletindo sobre a dinâmica das empresas jornalísticas do período, conferir à história uma editoria independente, que produz conteúdo jornalístico e, ainda, cadernos que podem ser vendidos e distribuídos separadamente (como foi o caso de, por exemplo, *Cadernos de Jornalismo*), entende-se que o passado representa no período não apenas um pano de fundo à construção da notícia, mas também base fundamental ao trabalho diário do jornalista. E de consolidação do jornal como fonte importante de informação.

Sua setorização naquele contexto confere, ainda por cima, uma base sólida numa época de crise: não nos referimos apenas à tensão política, mas também à econômica. Nos anos 1970, a televisão estava se fortalecendo como meio de transmissão instantânea de notícias, como aponta Dines em *O papel do jornal* (1974). E, além disso, o período foi marcado pelo encarecimento do papel jornal. Um processo que, segundo o autor, teria levado algumas empresas a repensarem seu posicionamento na sociedade: a tentativa de manter os antigos leitores e atrair a atenção de novos, poderia ter feito com que os periódicos apostassem em coberturas jornalísticas mais densas, de modo que se destacassem dos concorrentes nas bancas.

Mas ainda que, em alguma medida, a produção de notícias tentasse se ancorar na solidez do passado, essa apropriação ainda era feita de maneira que servisse o presente, de forma dinâmica. Diferente do que passou a ocorrer recentemente, com a coluna Hoje na História.

Os tempos são outros: o JB entrou num processo de falência nos anos 1990 do qual ainda não saiu. Erros administrativos tomados durante os anos 1970 e 1980 criaram uma dívida milionária para as décadas seguintes, enquanto seu principal rival matutino, *O Globo*, se fortaleceu com os lucros gerados pelo canal de televisão da família

Marinho.¹⁰

No que se refere ao contexto histórico, o período foi marcado por um quadro de incerteza política e social, reforçado após o fim dos regimes autoritários da América Latina, queda do Muro de Berlim, invenção e difusão da internet. Os lugares de portavozes da verdade hoje são ainda mais efêmeros do que os de ontem e, para se fixar no topo da hierarquia, há de se jogar com outras ferramentas. Neste sentido, a criação de blogs e colunas em jornais e revistas com o intuito de recuperar eventos de outrora a partir de motivações do presente aparecem como uma forma de reforçar a autorreferenciação de suas instituições. Ao transportar o passado no espaço público da internet, estes veículos midiáticos procuram legitimidade social: a história e um passado de glória dos meios de comunicação que fazem este agenciamento representam hoje uma tentativa de afirmação social reforçando o que foram para justificar o que podem continuar sendo. Uma tentativa de gritar mais alto num ambiente de múltiplas vozes.

Neste contexto, o Jornal do Brasil criou, em 2007, a coluna Hoje na História. No início, ocupava meia página na edição impressa do jornal, mas com o fim da publicação em papel, em setembro de 2010, passou a trazer notícias do passado ao presente apenas na internet. O gancho é a efeméride – data representativa de um evento que ocorreu, mas que tem que ser lembrado pelos agentes da memória já que esta memória, muitas vezes, não pertence mais ao mecanismo psíquico do sujeito. Precisa ser trazida à tona por instituições externas a ele, como já observava Nora (1993). Quando o Hoje na História faz isso, recupera um acontecimento testemunhado pelo jornal de outrora e reforça, de uma forma saudosista e por vezes bucólica, uma época em que era uma referência enquanto mídia impressa, ativando redes de memória dos antigos leitores, tentando fisgar pela curiosidade, pela lembrança.

Dessa forma, o Hoje na História de 11 de setembro de 2010 trouxe em manchete “Allende suicida-se. Militares tomam o poder”. Ali, quase trinta anos após o acontecimento, divide-se o tópico em dois: o passado segundo o testemunho do jornal; e a capa considerada marcante para a trajetória do JB e da memória da imprensa brasileira. É um trabalho que tenta evocar a memória coletiva por meio de um enaltecimento do passado. Não apenas do acontecimento – golpe no Chile e a morte de seu presidente -, como da cobertura que o jornal da época fez, citando a importância daquela capa para a história do jornal e também do desafio que foi a elaboração do

¹⁰ Contexto é melhor explicado em MELO, 2011.

caderno especial *Tudo Sobre*.

O passado não age mais no sentido dinâmico de interação com o presente, fica estagnado num tempo que já passou, assim como o próprio jornal que, inclusive tem cobertura fraca sobre os acontecimentos do Brasil e do mundo – a maioria das notícias de hoje são reproduções de notas ou matérias fabricadas em sites parceiros, por jornalistas de outras empresas.

É curioso observar que o texto postado no blog ganha destaque na *home* do site do JB, que possui, por sua vez, em média, 1 milhão de visualizações diárias (diante da média de 60 mil visualizações do blog por mês). Ao que parece, os textos que mais chamam atenção do leitor da web são os relacionados a tragédias que ocorreram no Brasil em um período não muito longínquo, como “1992: Daniela Perez foi assassinada”, postagem feita em 2008, que tem o maior número de comentários do canal (175); “17 de dezembro de 1961 - O incêndio do Gran Circus em Niterói” (111 comentários); e “1973 – Araceli, vítima da crueldade” (53 comentários);

É a tentativa de captar o leitor de hoje com objetivos de outrora, chamando atenção para um fato marcante que passou, mas que permanece na memória coletiva da sociedade ainda hoje. O passado vem na forma de notícia de jornal, como se o fato tivesse acabado de acontecer, ativando no leitor do agora, quadros sociais de memória que remetem ao evento passado, o qual pode ter sido experimentado de inúmeras maneiras, inclusive por meio de produtos midiáticos da referida época. Tanto é que, na maioria dos comentários, leitores compartilham lembranças, trocam experiências de onde estavam quando souberam da notícia. Por vezes, como é o caso da tragédia do circo de Niterói, leitores tentam lançar na discussão o testemunho ativo: se ajudaram ou não, o que o circo representava para eles ou para um parente, se perderam ou não alguém no incêndio ou se conheciam alguém que foi afetado diretamente pelo problema.

Seriam lembranças instantâneas em formato de curiosidade que, pouco tempo depois, se esvairiam na nuvem de informações de que se constitui a internet.

Considerações finais

O filósofo búlgaro Tzvetan Todorov (2000) faz uma reflexão interessante sobre os *Usos e abusos da memória*, que pode ser útil para a interpretação da representação do passado em ambos os casos. Na obra, Todorov faz a distinção entre o uso literal e exemplar da memória. Para ele, o uso literal é aquele que remete ao culto do passado, o

lembrar pura e simplesmente por lembrar. Sem muitas ancoragens para transformação do presente. Em contrapartida, o uso exemplar seria aquele útil ao presente, numa tentativa de passar uma mensagem para que um trauma, por exemplo, não se repita. O uso exemplar seria uma utilização ativa da memória, enquanto o literal, passiva. Para ele, o passado não precisa reagir no presente como foi ontem, mas sim ser incorporado a ele de maneira diferente e transformada. Sobre isso ele afirma:

Se o evento foi único, podemos conservá-lo na memória e agir em função desta recordação, mas ele não poderia ser usado como chave para outra ocasião. Igualmente se encontramos no passado uma lição para o presente, aí reconheceríamos em ambos características comuns. (TODOROV, 2000. p.37)

Neste sentido, se forem levados em conta os objetos analisados neste artigo, pode-se perceber que o trabalho feito pelo DPD JB nos anos 1970 se aproximaria do que Todorov chama de ‘uso exemplar’ da memória – um uso dinâmico, que se transforma conforme as necessidades do presente e, ainda por cima, gera conhecimento e reflexão sobre fatos atuais. Em contrapartida, o que se pode perceber da representação do passado nas notas do Hoje na História, é uma utilização mais ‘literal’ de um tempo que já foi, sem uma tentativa de elaboração mais profunda do passado no presente. Ainda que o enquadramento dos usos da memória em uma fórmula binária (exemplar ou literal) não seja a única possibilidade de se pensar este fenômeno.

Ao tentar recuperar de forma saudosista os anos de glória do jornal também por meio de mecanismos de autorreferenciação e, assim, tentar se fixar no presente com raízes sólidas do passado, o Jornal do Brasil de hoje demonstraria que nada mais é o que já foi. O presente não consegue se sustentar no ambiente fragmentado de disputas de poder e identidade da pós-modernidade. E o passado não é suficiente para tecer a teia de credibilidade de que precisa para continuar vivendo.

É verdade que outros veículos hoje também fazem uso literal do passado, como a seção “Há 50 anos”, de *O Globo*. Mas, ainda que o passado usado de forma literal represente uma tentativa de reforçar o testemunho do jornal de outrora, é um complemento à produção diária de notícias do periódico. Ele ainda consegue se manter num local de destaque na mídia de massa carioca e até brasileira, de forma que a curiosidade acerca de acontecimentos passados ancorados pela efeméride não sejam a única arma para reafirmar sua autoridade na sociedade.

Concluimos, portanto, que a análise de representações do passado no presente

jornalístico pode ser frutífera para o entendimento da identidade que o veículo em questão tenta construir para si na sociedade. Os interesses modificam com o decorrer do tempo, assim como as estruturas sociais, a cultura e os usos que se fazem da memória no dia a dia da elaboração da notícia. O jornal é espaço privilegiado para se entender cultura e sociedade, hoje e ontem.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC FGV, julho-dezembro de 2005, p. 7-32.
- ENNE, Ana Lúcia. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. In: *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* VI(2). Unisinos: julho/dezembro 2004.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- LAPLANTINE, François. Antropologia dos sistemas de representação da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea à luz de uma experiência brasileira. In: JODELET, Denise (org). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p.241-159.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MELO, Alice Carvalho. *Recortes do passado: uma reconstrução da história do Departamento de Pesquisa do JB (1964-1973)*. Rio de Janeiro, 2011. Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.
- NAVA, Rosa Maria Ferreira Dales. *Saber para continuar: a história do Departamento de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil e a implantação pioneira do jornalismo interpretativo no país*. São Bernardo do Campo: Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, 1996.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História. São Paulo: PUC-SP, 1993.
- PEREIRA JUNIOR, A. E. V. *Jornalismo e representações sociais: algumas considerações*. E-Compós, dezembro de 2004.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- SPITULNIK, Debra. Anthropology and Mass Media. *Annual Review os Antropology*, v.22, p.293-314, 1993.
- TODOROV, Tzvetan. *Los usos y abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.